



LARGOS E PRAÇAS	ATRIBUTOS / CARACTERÍSTICAS	VALORES IDENTIFICADOS	PROBLEMAS	DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO
<p><b>PRAÇA MUNICIPAL</b></p>	<p>1) Breve histórico do espaço: a praça corresponde ao espaço público fundacional de Salvador, definida no plano da cidade de 1549. Também já foi denominada de Praça do Mercado, Praça da Cidade, Praça da Parada, Largo ou Praça do (de) Palácio, Praça da Constituição, Praça do Conselho, Praça Rio Branco (ou Praça Barão do Rio Branco), Praça da Aclamação, Praça da Assembleia, Praça Ramos de Queiroz e Praça Tomé de Souza, tendo sido conhecida como “a Praça” por ser a única da cidade durante algum tempo. Ao longo da história, consolidou-se como espaço cívico por ser delimitada por edificações de função político-administrativa, primeira e principal praça de Salvador, como atestam as muitas denominações que já teve, e como praça seca, à exceção de poucos indivíduos arbóreos próximos ao Elevador Lacerda (antes Elevador Hidráulico da Conceição) no século XIX e junto à Rua Chile, na frente da Câmara Municipal, no século XX. No final do século XIX, recebeu uma obra no muro / balaustrada que limita a encosta da praça, composto por gradis em ferro, luminárias, esculturas clássicas e bancos do tipo conversadeira. O muro / balaustrada foi reformado no século XX, quando perdeu todos esses elementos característicos. Na praça também foram instalados trilhos de bonde, em parte remanescentes até hoje, e, nos anos 1930-1940, um abrigo / ponto comercial para espera dos passageiros dos bondes. Em 1972, após a demolição da Biblioteca Pública e da Imprensa Oficial, parte da praça foi transformada em um estacionamento de veículos, ao passo que a outra metade foi licenciada com canteiros, ficando o logradouro conhecido como “Cemitério de Sucupira”. Mais tarde, foi instalada a estátua de Tomé de Souza (primeiro governador geral do Brasil), transladada da Praça da Sé em 2005. A praça recebeu recentemente um elemento escultórico de metal revestido com adesivo intitulado “Salvador” para promoção turística, desarticulado de sua configuração histórica.</p> <p>2) Caracterização atual do espaço: praça retangular, plana, com aproximadamente 3.216,32 m², 254,89 m de perímetro (sem contabilizar a projeção da área ocupada pela PMS) e característica de mirante com amplo descortino para a Baía de Todos os Santos. A praça é circundada por edificações institucionais (dotadas de leve presença de publicidade nas fachadas), Palácio Rio Branco, Elevador Lacerda, Câmara Municipal e Palácio Tomé de Souza (atual de sede da PMS). Preserva seu caráter de praça eminentemente seca, limitando-se às jardineiras em concreto em estado precário de conservação onde estão plantadas palmeiras de pequeno porte, destacando-se o monumento a Tomé de Souza (de 1999). A praça possui pavimentação em paralelepípedos cinzas e vermelhos, 47 cadeiras em metal pertencentes à sorveteria A Cubana (com ou sem assentos a depender do horário, pois, segundo informação de um funcionário da sorveteria, só é autorizada a colocação de assentos a partir do turno vespertino e é vedado o uso de guarda-sóis para não criar impedimentos à visão para a baía), 12 mesas metálicas pertencentes à sorveteria A Cubana, 3 lixeiras plásticas azuis (padrão PMS), 1 gradil separando a área da PMS da praça, 23 postes e refletores, 13 luminárias em estrutura metálica tipo lampião (balaustrada), 2 postes de energia em estrutura de concreto apostas à fachada principal do Palácio Rio Branco, 2 postes metálicos com lâmpadas em formato de bulbo em frente ao Palácio Rio Branco e 4 refletores de piso ao redor da estátua de Thomé de Souza, placas de sinalização, 32 fradinhos em concreto pintados de branco localizados na face da praça confrontante com a Rua Chile e balaustrada em alvenaria delimitando a face Oeste da praça. Na área da PMS, encontram-se ainda 6 postes de estrutura metálica, tipo bulbo) e 2 refletores em estrutura metálica, com 3 lâmpadas em cada poste (fachada principal da PMS). Não há bancos permanentes na praça, de modo que as pessoas sentam-se dentro das jardineiras ou nos fradinhos, exceto nos horários em que fica autorizado colocar os assentos das cadeiras da sorveteria A Cubana. A praça é utilizada por transeuntes, turistas e visitantes locais, artistas populares (fazendo performances de estátuas vivas ou pinturas corporais) e vendedores ambulantes. Encontra-se em estado geral de conservação regular.</p>	<p>1) Reconhecimento do valor histórico e paisagístico relativo à condição de capital durante a maior parte do período colonial.</p> <p>2) Reconhecimento do significado histórico do traçado viário da cidade.</p> <p>3) Reconhecimento do valor testemunhal da cidade como exemplo de uma tradição ou concepção urbanística vinculada à cultura portuguesa do período colonial, bem como as transformações ocorridas nos séculos XIX e XX.</p> <p>4) Reconhecimento de edificações de valor histórico e artístico (Palácio Rio Branco, Elevador Lacerda e Praça Municipal).</p> <p>5) Reconhecimento de testemunhos edificados de épocas e linguagens arquitetônicas diferentes, expressos notadamente nas fachadas voltadas para a via pública, e seu papel no emolduramento da Praça Municipal.</p> <p>6) Reconhecimento da relação visual Cidade Baixa/Cidade Alta como elemento significativo para a leitura do frontispício da cidade de Salvador, a partir da Praça Municipal, que se configura como mirante.</p> <p>7) Reconhecimento das manifestações culturais de natureza imaterial resultantes da multiculturalidade associada à contribuição histórica de diferentes grupos étnicos, tais como: a instalação dos barracões que abrigam os caboclos durante a passagem do desfile em comemoração ao 2 de julho, as procissões religiosas (São Francisco Xavier e Santa Bárbara) durante a Semana Santa.</p> <p>8) Reconhecimento da dimensão simbólica, identitária e funcional dos espaços públicos, em especial a Praça Municipal.</p> <p>9) Valor histórico, urbanístico e paisagístico da Praça Municipal para o centro histórico e zona central de Salvador como um dos remanescentes de praça “seca” e seu caráter cívico.</p>	<p>1) Insuficiência da manutenção física dos pisos e vasos.</p> <p>2) Carência de bancos para permanência de pessoas na praça, ocasionando o uso inadequado ou improvisado dos vasos e fradinhos para essa finalidade. Os bancos existentes junto à balaustrada e aqueles com assentos temporariamente colocados pela sorveteria A Cubana no turno vespertino são insuficientes para atender à demanda de uso público.</p> <p>3) Falta de padronização das placas de sinalização (informações históricas) e presença de totem/letreiro turístico (com o nome da cidade) contratantes com o caráter histórico e cívico da Praça Municipal.</p> <p>4) Impactos da forma de implantação e da volumetria do Palácio Tomé de Souza (sede da Prefeitura de Salvador) provocando uma ruptura do plano vertical conformado pelas antigas construções (Biblioteca Pública e Imprensa Oficial) na face Norte da Praça Municipal, fazendo-se necessária a recomposição dos planos verticais que configuram a morfologia do logradouro.</p> <p>5) Tendência de substituição dos usos institucionais das edificações localizadas no entorno da Praça Municipal por atividades turísticas e hoteleiras, o que estimula processos de exploração imobiliária da vista para o mar, enfraquecendo o caráter cívico deste logradouro.</p>	<p>1) Preservação rigorosa da malha viária e do macroparcelamento que estruturam o setor a partir da fundação da cidade, assim como do macroparcelamento decorrente das transformações urbanas ocorridas nas primeiras décadas do século XX, incluindo a atual configuração da Praça Municipal.</p> <p>2) Conservação das características históricas e paisagísticas das praças e largos, tais como o caráter seco ou vegetado, dimensões, mobiliário histórico, monumentos e elementos artísticos, quando existentes.</p> <p>3) Preservação e valorização da Praça Municipal enquanto praça voltada para o uso público, com o tratamento do mobiliário, pavimentação e vegetação adequados ao seu potencial como mirante privilegiado para a Baía de Todos os Santos e Cidade Baixa e aos aspectos históricos e morfológicos do setor.</p> <p>4) Embutimento de fiação e definição da forma e tamanho de postes e demais elementos da iluminação pública de modo adequado à Praça Municipal.</p> <p>5) Fortalecimento e incentivo à preservação do caráter institucional da Praça Municipal e imediações, que remonta ao período da fundação da cidade e permanece ainda como um aspecto fundamental da identidade deste logradouro.</p> <p>6) Regulamentação da utilização pontual de vegetação e bancos de modo a resguardar seu caráter de espaço cívico e praça seca.</p> <p>7) Regulamentação específica da instalação de totems de marketing turístico na Praça Municipal.</p> <p>8) Observância da orientação especial (OAP) para implantação e volumetria de novas edificações a serem inseridas onde se encontra o Palácio Tomé de Souza (sede da Prefeitura de Salvador), no caso de desmontagem da edificação atual.</p>



LARGOS E PRAÇAS	ATRIBUTOS / CARACTERÍSTICAS	VALORES IDENTIFICADOS	PROBLEMAS	DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO
<b>PRAÇA CASTRO ALVES</b>	<p>1) Breve histórico do espaço: a praça se localiza na área que demarcava o antigo limite Sul da cidade (Portas de Santa Luzia), já estando delimitada no século XVIII, mais tarde vinculada ao Teatro São João no século XIX. Também já foi denominada de Largo da Quitanda, Praça de São Bento e Largo do Teatro. No século XIX, a praça recebeu sucessivos melhoramentos e equipamentos: em 1825 foi instalado o Chafariz da Cabocla para abastecimento d'água, em 1846 foi construída uma estrutura de contenção da sua encosta, na década de 1850 foi instalado um Chafariz em homenagem a Cristóvão Colombo e, mais tarde, realizada sua arborização. Em 1916, foi construído um muro / balaustrada que limita a encosta da praça, arrematado por um obelisco, e, em 1923, instalado um imponente grupo escultórico no qual se destaca a estátua de Castro Alves. Mais tarde, funcionou como praça de táxi e perdeu sua antiga arborização. Também foram instalados trilhos de bonde na Rua Chile, que delimita a face Leste da praça, em parte remanescentes até hoje, e, nos anos 1940, um abrigo / ponto comercial para espera dos passageiros dos bondes. Em 1971, os restos mortais do poeta foram para ali transferidos e foi criado um canteiro circundando o monumento. A praça passou recentemente por uma reforma inaugurada em 2020, mantendo-se a configuração geral anterior à obra, porém promovendo melhorias na infraestrutura geral do logradouro. A obra encontra-se paralisada em razão do impasse em relação ao tratamento de achados arqueológicos e destinação do Palácio dos Esportes, contíguo à praça.</p> <p>2) Caracterização atual do espaço: praça irregular, plana, com declive de suave a moderado na direção Sul, com 2.861,01 m<sup>2</sup> de área, 272,24 m de perímetro e característica de mirante com amplo descortino para a Baía de Todos os Santos. A praça é circundada por edificações institucionais e comerciais, com publicidade moderada, Edifício Sulacap, Igreja da Barroquinha, Cine Glauber Rocha, sede do jornal A Tarde (atual Hotel Fasano) e Palácio dos Esportes. Preserva seu caráter de praça arborizada, porém com presença pontual de árvores dispostas junto à balaustrada e palmeiras no canteiro central onde se encontra o monumento a Castro Alves (grupo escultórico em pedra e bronze, de 1923), destacando-se como elemento central e histórico. A praça possui pavimentação em pedras portuguesas brancas, paralelepípedos vermelhos, faixas de pedra granítica acinzentada e piso tátil direcional, 1 rampa de acessibilidade, 5 lixeiras metálicas, gradil metálico circundando o monumento a Castro Alves, 1 obelisco em alvenaria (1916), 7 postes metálicos e 7 refletores de piso, placas de sinalização, 52 fradinhos cilíndricos em concreto e lâmpadas de LED; 1 abrigo/parada de ônibus e balaustrada em alvenaria delimitando a face Oeste da praça, demarcada, ao final, pelo referido obelisco. Não há bancos permanentes no largo. A praça é utilizada por taxistas sob a sombra das árvores junto à balaustrada, transeuntes, turistas, pessoas em situação de rua. Encontra-se em estado geral de conservação bom, porém com obra inconclusa em razão de prospecções arqueológicas, que revelaram estruturas da antiga escadaria do Teatro São João.</p>	<p>1) Reconhecimento do significado histórico do traçado viário da cidade.</p> <p>2) Reconhecimento do valor testemunhal da cidade como exemplo de uma tradição ou concepção urbanística vinculada à cultura portuguesa do período colonial, bem como as transformações ocorridas nos séculos XIX e XX.</p> <p>3) Reconhecimento de edificações de valor histórico e artístico (Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha, Edifício A Tarde, Palácio dos Esportes, Edifício Sulacap).</p> <p>4) Reconhecimento de testemunhos edificados de épocas e linguagens arquitetônicas diferentes, expressos notadamente nas fachadas voltadas para a via pública, e seu papel no emolduramento da Praça Castro Alves.</p> <p>5) Reconhecimento da relação visual Cidade Baixa/Cidade Alta como elemento significativo para a leitura do frontispício da cidade de Salvador, a partir da Praça Castro Alves, que se configura como mirante.</p> <p>6) Reconhecimento das manifestações culturais de natureza imaterial resultantes da multiculturalidade associada à contribuição histórica de diferentes grupos étnicos, tais como: o carnaval, a passagem do desfile em comemoração ao 2 de julho, apresentações em comemoração ao dia do samba e o desfile da beleza gay.</p> <p>7) Reconhecimento da dimensão simbólica, identitária e funcional dos espaços públicos, em especial a Praça Castro Alves.</p> <p>8) Valor histórico, urbanístico e paisagístico da Praça Castro Alves para o centro histórico e zona central de Salvador como um dos poucos remanescentes de praça arborizada e seu monumento.</p>	<p>1) Necessidade de recomposição morfológica da lacuna formada pelo conjunto de lotes vazios concentrados no entorno da Praça Castro Alves, considerando-se a preservação de valores históricos, paisagísticos e urbanísticos, em particular o frontispício da cidade, em conflito com os projetos propostos para esse trecho.</p> <p>2) Excesso de postes e fiações nas vias localizadas no entorno da Praça Castro Alves, interferindo na percepção visual da paisagem, especialmente para a Baía de Todos os Santos.</p> <p>3) Ausência de bancos para permanência de pessoas e insuficiência do manejo da vegetação na praça, prejudicando o usufruto da paisagem.</p> <p>4) Tendência de substituição dos usos institucionais das edificações localizadas no entorno da Praça Castro Alves por atividades turísticas e hoteleiras, o que estimula processos de exploração imobiliária da vista para o mar, enfraquecendo o caráter cultural e cívico deste logradouro.</p> <p>5) Indefinição em relação ao tratamento das estruturas arqueológicas identificadas na praça próximas ao Palácio dos Esportes, que criam desníveis incompatíveis com a sua atual morfologia.</p>	<p>1) Preservação rigorosa da malha viária e do macroparcelamento que estruturam o setor a partir da fundação da cidade, assim como do macroparcelamento decorrente das transformações urbanas ocorridas nas primeiras décadas do século XX, incluindo a atual configuração da Praça Castro Alves.</p> <p>2) Conservação das características históricas e paisagísticas das praças e largos, tais como o caráter seco ou vegetado, dimensões, mobiliário histórico, monumentos e elementos artísticos, quando existentes.</p> <p>3) Preservação e valorização da Praça Castro Alves enquanto praça arborizada dos séculos XIX e XX voltada para o uso público, com o tratamento do mobiliário, pavimentação e vegetação adequados ao seu potencial como mirante privilegiado para a Baía de Todos os Santos e Cidade Baixa e aos aspectos históricos e morfológicos do setor.</p> <p>4) Embutimento de fiação e definição da forma e tamanho de postes e demais elementos da iluminação pública de modo adequado à Praça Castro Alves.</p> <p>5) Regulamentação do plantio de vegetação e da instalação de bancos de modo a recuperar seu caráter de praça arborizada e valorizar a vista para a Baía de Todos os Santos.</p> <p>6) Recuperação da morfologia e do nivelamento atual da praça, com documentação exaustiva das estruturas arqueológicas identificadas próximas ao Palácio dos Esportes, sua proteção e recobrimento.</p> <p>7) Observância da orientação especial (OAP) para implantação e volumetria de novas edificações a serem inseridas na lacuna formada pelo conjunto de lotes vazios no entorno da Praça Castro Alves.</p>



LARGOS E PRAÇAS	ATRIBUTOS / CARACTERÍSTICAS	VALORES IDENTIFICADOS	PROBLEMAS	DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO
LARGO SÃO BENTO	<p>1) Breve histórico do espaço: o largo se localiza na área de expansão Sul da cidade planejada de Salvador, além do limite da Praça Castro Alves, já estando delimitado na primeira década do século XVIII, vinculado ao conjunto religioso beneditino. Também já foi denominado de Rua João Pessoa. Pelo atual porte das árvores lá existentes, é possível que o largo tenha sido arborizado na primeira década do século XX, no conjunto das reformas urbanas realizadas pelo governador José Joaquim Seabra, juntamente com a arborização da Avenida Sete de Setembro. O largo recebeu melhoramentos recentes como bancos, pavimentação em pedra portuguesa e bicicletário.</p> <p>2) Caracterização atual do espaço: largo retangular, plano, com 1.376,79 m<sup>2</sup> de área e 175,66 m de perímetro. O largo é circundado por edificações comerciais (sobrados ou edifícios modernistas de alto gabarito) com publicidade ostensiva, na Av. Sete de Setembro (Ladeira de São Bento), edificações vazias, parcialmente vazias ou em ruínas, sem publicidade, além da Igreja e Mosteiro de São Bento. Preserva seu caráter de praça ajardinada e arborizada, com presença de árvores de grande porte dispostas de forma irregular e canteiros junto ao muro do mosteiro, constituindo um dos poucos espaços livres com cobertura vegetal expressiva no Centro Histórico. O largo possui pavimentação em pedras portuguesas brancas e pretas com padrão gráfico regular e piso tátil direcional, 3 rampas de acessibilidade, 12 bancos em concreto armado (3 conjuntos de 4 bancos com assentos circulares), 13 bancos em madeira (modelo veneziano), 3 mesas em concreto armado, 1 lixeira plástica azul (padrão PMS), monumento a L. L. Zamenhof (1971), 9 postes e refletores, sendo 7 postes metálicos cinzas e 2 postes em concreto, placas de sinalização, 40 fradinhos cilíndricos em ferro pintados de cinza, 1 bicicletário metálico pintado de vermelho e 1 hidrante em ferro. O largo é utilizado por vendedores ambulantes exercendo comércio informal na sua face voltada para a Av. Sete de Setembro, com bancos e cadeiras removíveis, bem como estudantes, transeuntes, guardadores e lavadores de carros e pessoas em situação de rua. Encontra-se em estado geral de conservação ruim.</p>	<p>1) Reconhecimento do significado histórico do traçado viário da cidade.</p> <p>2) Reconhecimento do valor testemunhal da cidade como exemplo de uma tradição ou concepção urbanística vinculada à cultura portuguesa do período colonial, bem como as transformações ocorridas nos séculos XIX e XX.</p> <p>3) Reconhecimento de edificações de valor histórico e artístico (Mosteiro e Igreja de São Bento e Casa do Esperanto).</p> <p>4) Reconhecimento de testemunhos edificadas de épocas e linguagens arquitetônicas diferentes, expressos notadamente nas fachadas voltadas para a via pública, e seu papel no emolduramento do Largo de São Bento.</p> <p>5) Reconhecimento das manifestações culturais de natureza imaterial resultantes da multiculturalidade associada à contribuição histórica de diferentes grupos étnicos, tais como: a passagem do desfile em comemoração ao 2 de julho, o carnaval e a celebração no Sábado de Aleluia da vigília religiosa do fogaréu.</p> <p>6) Reconhecimento da dimensão simbólica, identitária e funcional dos espaços públicos, em especial o Largo de São Bento e a Av. Sete de Setembro.</p> <p>7) Valor histórico, urbanístico e paisagístico do Largo de São Bento para o centro histórico e zona central de Salvador como um dos poucos remanescentes de praça arborizada.</p>	<p>1) Conflito entre a necessidade de preservação do traçado urbano histórico e a abertura de espaços para implantação de estacionamentos.</p> <p>2) Conflito entre a possibilidade de percepção mais desimpedida das fachadas do casario no entorno do Largo de São Bento e o excesso de postes e fiações e a prática de exibição de engenhos publicitários sobre as fachadas.</p> <p>3) Presença de edificações vazias, parcialmente vazias ou em ruínas, que atestam o enfraquecimento da dinâmica comercial, de serviços e residencial no entorno do Largo de São Bento, a despeito da instalação de novos empreendimentos hoteleiros e da existência de importantes equipamentos culturais próximos à Praça Castro Alves na mesma subárea.</p> <p>4) Insuficiência da manutenção física dos pisos, bancos e canteiros.</p> <p>5) Falta de padronização das placas de sinalização (informações históricas, inaugurações de obras) existentes no largo.</p>	<p>1) Preservação rigorosa da malha viária e do macroparcelamento que estruturam o setor a partir da fundação da cidade, assim como do macroparcelamento decorrente das transformações urbanas ocorridas nas primeiras décadas do século XX, incluindo a atual configuração do Largo de São Bento.</p> <p>2) Conservação das características históricas e paisagísticas das praças e largos, tais como o caráter seco ou vegetado, dimensões, mobiliário histórico, monumentos e elementos artísticos, quando existentes.</p> <p>3) Preservação e valorização do Largo de São Bento enquanto praça arborizada do século XX voltada para o uso público, com o tratamento do mobiliário, pavimentação e vegetação adequados aos aspectos históricos e morfológicos do setor.</p> <p>4) Embutimento de fiação e definição da forma e tamanho de postes e demais elementos da iluminação pública de modo adequado ao Largo de São Bento.</p> <p>5) Regulamentação específica da exibição de engenhos publicitários nos espaços públicos e vias do setor, notadamente no entorno do Largo de São Bento.</p>